Relatório e Contas

CA Rendimento

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão 3

Nota Introdutória 4

Síntese da Evolução dos Mercados 5

Principais Eventos 8

Desempenho Fundos de Obrigações 12

Informação relativa à Gestão do Fundo 14

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade 16

Eventos Subsequentes 17

Notas Informativas 20

Balanço 32

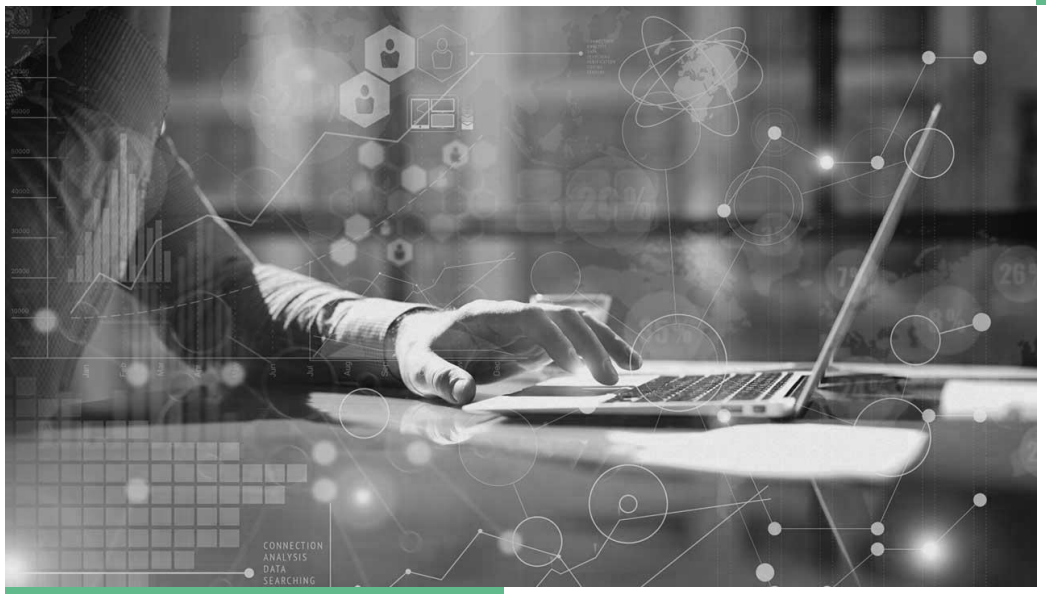
Demonstração de Resultados 35

Demonstração de Fluxos de Caixa 37

Anexo às Demonstrações Financeiras 39

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia 53

Relatório de Auditoria 67



imga

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 20 de junho de 1994 como fundo de obrigações de taxa variável euro, com a denominação Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - RAIZ Rendimento, observando, entre outras normas, as constantes do Dec-Lei nº 252/2003, de 17 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Dec-Lei nº 52/2006 e pelo Dec –Lei nº 357-A/2007, e de acordo com o Regulamento nº 15/2003 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Os documentos constitutivos foram atualizados em 5 de novembro de 2013 de harmonia com o Dec-Lei n.º 63-A/2013, de 10 de maio e com o Regulamento n.º 5/2013 da CMVM, passando a ser um Fundo de Obrigações.

Em 1 de setembro de 2014 passou a designar-se Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A., com sede na avenida da República, nº 25 – 5ºA, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº único de matrícula e identificação fiscal 502 151 889.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do "travão da dívida", que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado "*liberation day*" (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas "recíprocas" sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subsequentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas "recíprocas" a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de "apenas" 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.

O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da "*One Big Beautiful Bill*" no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de 100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emitentes soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos - fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spreads* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de carry originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial *investment grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spread* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expetativas de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%, impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Novos Fundos/Categorias:

IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do fundo **IMGA Crescimento PPR/OICVM** – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma. Iniciou a comercialização a 25 de setembro, tendo sido constituído a 30 de setembro. A 9 de dezembro foi incluído o **Banco Best** como entidade comercializadora da Categoria FR do fundo.

BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40. A 3 de setembro foi iniciada a comercialização do fundo, tendo o mesmo sido constituído a 23 de setembro.

IMGA Money Market USD

A **3 de outubro** foi constituída a Categoria R do fundo.

Principais Eventos

Fusões/Liquidações de fundos

Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo "Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

Novas entidades comercializadoras

A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.

Principais Eventos

Principais Eventos

Informações relacionadas com a sustentabilidade

A **30 de junho** foi atualizada, com referência ao ano de 2024, a "Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade", disponível no site da IMGA.

Publicação dos relatórios e contas dos fundos geridos pela sociedade

A **30 de abril** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

A **29 de agosto** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas semestrais dos fundos IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Em 2025, o segmento obrigacionista evoluiu num enquadramento de política monetária mais favorável do que no ano anterior. O BCE reduziu as suas taxas diretoras em 100 pb ao longo do ano, enquanto a Reserva Federal manteve-as inalteradas durante a maior parte de 2025, realizando apenas no quarto trimestre três cortes de 25 pb. Este contexto, a par de *spreads* de crédito globalmente mais contidos, contribuiu para condições mais estáveis no mercado de obrigações, embora com resultados diferenciados consoante a duração e o risco de crédito das carteiras.

Nos fundos de obrigações da IMGA, o ano ficou marcado por subscrições líquidas de aproximadamente €119M. As principais entradas concentraram-se no IMGA Euro Taxa Variável (€67M), no IMGA Portuguese Corporate Debt (€37M) e no CA Rendimento (€29M). Em sentido contrário, registaram-se saídas líquidas no IMGA Rendimento Mais (€15M) e variações negativas de menor dimensão noutras estratégias. O fundo Bison China Flexible Bond Fund, foi liquidado em dezembro de 2025.

Em termos de rendibilidade, as rendibilidades anualizadas a 1 ano nesta tipologia foram heterogéneas, refletindo diferenças de risco e de exposição.

No extremo inferior, o IMGA Dívida Pública Europeia registou uma rendibilidade negativa de 0,1%, enquanto os restantes fundos apresentaram rendibilidades positivas. Destaque para os fundos IMGA Rendimento Mais, com rendibilidade de 2,88%, IMGA Euro Taxa Variável com 2,8%, o CA Rendimento com2,7% e o IMGA Rendimento Semestral com cerca de 2,8%. A volatilidade manteve-se, em geral, em níveis contidos, com classes de risco entre 1 e 3.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	2,80%	0,81%	2	3,92%	0,87%	2	1,48%	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	2,80%	0,81%	2	3,92%	0,87%	2	1.47% (*)	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	3,23%	0,81%	2	4.32% (*)	0,87% (*)	2 (*)	1.76% (*)	0,99% (*)	2 (*)
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	2,83%	1,25%	2	4,17%	1,30%	2	0,93%	1,64%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	2,84%	1,25%	2	4,17%	1,30%	2	0.98% (*)	1,64%	2
CA RENDIMENTO	2,70%	0,48%	1	3,92%	0,81%	2	1,22%	1,08%	2
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	-0,06%	4,24%	3	2,66%	4,21%	3	-1,96%	4,19%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	2,88%	2,46%	3	4,73%	2,57%	3	0,51%	2,88%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	3,45%	2,46%	3	5.26% (*)	2,57% (*)	3 (*)	1.02% (*)	2,88% (*)	3 (*)
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	1,54%	0,16%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	1,31%	0,27%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	2,30%	1,24%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	2,30%	1,24%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2026 SERIE I CAT A	2,00%	0,07%	1	-	-	-	-	-	-

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A
Data de referência: 31 de dezembro de 2025
O BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 (Cat. C) iniciou atividade em 23 de setembro de 2025, pelo que ainda não apresenta rendibilidade à data de 31 de dezembro de 2025.
As categorias R dos fundos IMGA Dívida Pública Europeia e IMGA Rendimento Mais não detinham participantes à data de 31 de dezembro de 2025, pelo que ainda não apresenta rendibilidade. Da mesma forma as categorias I do fundo IMGA Financial Bonds 3y 2,25% Serie I e do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Serie I, e a categoria R do fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y, não se encontram constituídas em 31 de dezembro de 2025, não sendo apresentadas quaisquer rendibilidades para estas categorias.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

O ano de 2025 deu continuidade aos ganhos da classe de Obrigações, que se mantêm em território positivo desde 2023.

O ano ficou marcado pela manutenção das políticas de *easing* por parte dos diversos bancos centrais, embora levadas a cabo a ritmos diferentes. Nos EUA, a economia iniciou o ano com sinais de resiliência, mas foi progressivamente revelando um abrandamento do crescimento e alguma deterioração do mercado laboral, o que permitiu à Reserva Federal iniciar um ciclo gradual de cortes das taxas de juro na segunda metade do ano. Ainda assim, a atuação da Fed foi condicionada por receios inflacionistas associados à implementação de políticas comerciais protecionistas e pelo aumento das preocupações em torno da sustentabilidade orçamental americana, fatores que contribuíram para episódios recorrentes de volatilidade na curva de *Treasuries*. Durante grande parte do ano, o mercado receou que a escalada de tarifas comerciais pudesse ter um impacto significativo sobre a inflação e o crescimento económico, no entanto, esse impacto revelou-se mais limitado do que inicialmente antecipado, dando espaço a uma queda generalizada das taxas de juro ao longo da curva e ao aumento da sua inclinação.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu o processo de normalização da política monetária iniciado em 2024, com cortes graduais das taxas de juro ao longo do ano. Contudo, o crescimento fraco, a inflação subjacente ainda resiliente e a instabilidade política em alguns Estados-membros colocou, por fim, as taxas de referência em território neutral. Um dos acontecimentos mais relevantes de 2025 foi o anúncio de um vasto pacote de investimento público por parte da Alemanha, associado à flexibilização da regra do *debt brake*, o que se traduziu num aumento significativo das expectativas de emissão de dívida e originou um dos maiores movimentos de subida das *yields* dos *Bunds* das últimas décadas. Este choque fiscal teve impacto estrutural na curva alemã, com pressão sobretudo nos prazos médios e longos, levando também aqui à inclinação da curva.

O conflito entre Israel e a Faixa de Gaza contribuiu para episódios de volatilidade nos preços da energia com impacto momentâneo nas taxas de juro. Paralelamente, a guerra na Ucrânia manteve-se sem uma resolução definitiva, apesar dos esforços de mediação por parte dos EUA.

No segmento da dívida soberana europeia verificou-se uma crescente divergência entre países core e periféricos. Enquanto a dívida alemã foi penalizada pelo novo enquadramento orçamental, a dívida periférica apresentou um comportamento mais resiliente, beneficiando de melhorias relativas nos fundamentos fiscais e de um ambiente de menor fragmentação financeira. Itália destacou-se positivamente ao longo do ano, apoiada por uma execução orçamental mais favorável e por maior estabilidade política. Em contraste, França enfrentou um período prolongado de incerteza política e revisões em baixa do *rating* soberano, o que resultou num alargamento dos *spreads* face à Alemanha e numa inversão histórica face à dívida italiana.

Os *spreads* de crédito *Investment Grade* mantiveram-se globalmente estáveis, refletindo balanços corporativos ainda sólidos, níveis de alavancagem controlados e uma capacidade de geração de cash suficiente para absorver um ambiente de taxas de juro ainda restritivas. O segmento *High Yield* apresentou maior sensibilidade ao enquadramento macroeconómico, mas beneficiou do carry elevado e da ausência de uma deterioração significativa das métricas fundamentais de crédito.

Os instrumentos de dívida subordinada, demonstraram um desempenho robusto ao longo do ano, apoiados por níveis confortáveis de capitalização, melhoria da qualidade dos ativos e um enquadramento regulatório estável, no caso da divida financeira. O mercado primário manteve-se ativo durante grande parte de 2025, tendo batido recordes em montante de novas emissões.

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano termina com o tema da independência da Reserva Federal. As tentativas do Presidente Trump de influenciar a orientação da política monetária colocará os investidores atentos à evolução futura da liderança da Fed, num contexto em que o mandato de Jerome Powell termina em maio de 2026, permanecendo em aberto a sua continuidade como governador.

O desempenho do Fundo CA Rendimento durante 2025 foi influenciado pela redução dos prémios de risco de crédito, em especial no segmento de maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada e dívida híbrida. O segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, tendo contribuído com uma valorização expressiva para o Fundo, apesar da trajetória descendente do indexante Euribor. Por outro lado, a subida das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizou a performance do Fundo.

O Fundo geriu a sua duração de uma forma conservadora, procurando aumentar progressivamente a duração em momentos de subida de taxas de juro através do reinvestimento no risco de taxa de juro a remunerações mais elevadas. A participação ativa no mercado primário de obrigações de crédito para captar o prémio de risco foi uma componente ativa na gestão do Fundo e a gestão da volatilidade das taxas de juro de médio e longo prazo permitiu manter ajustado o perfil de risco/retorno dos investimentos.

O fundo CA Rendimento apresentou em 2025 uma rendibilidade efetiva de 2,7%. O valor líquido global atingiu €164,7M, um aumento de 25,3% face aos €131,5M do final de 2024. As vendas líquidas foram positivas em €29,3M, com subscrições de €52,2M e resgates de €23M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

Relatório de Gestão
Nota Introdutória
Síntese da Evolução dos Mercados
Principais Eventos
Desempenho Fundos de Obrigações
Informação relativa à Gestão do Fundo
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade
Eventos Subsequentes
Notas Informativas
Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração de Fluxos de Caixa
Anexo às Demonstrações Financeiras
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia
Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores	**Rendimento fixo**	**Rendimento variável**	**Número A 31/12/2025**
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito.

Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

A **6 de janeiro de 2026** foi constituído o fundo IMGA GV Portuguese Corporate Debt (Categoria G).

A **16 de janeiro de 2026** foi incluída a IMGA como entidade comercializadora da categoria R dos fundos IMGA Poupança PPR/OICVM e IMGA Investimento PPR/OICVM.

A **31 de janeiro de 2026** foi liquidado o fundo IMGA Financial Bonds 3Y 2,25% – Série I, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

A **4 de fevereiro de 2026** ocorreu a alteração da comissão de subscrição nos fundos IMGA GV Portuguese Equities e IMGA GV Portuguese Corporate Debt.

Eventos Subsequentes

A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

IMGA Ações Portugal
IMGA Portuguese Corporate Debt
IMGA Money Market
IMGA Liquidez
IMGA Euro Taxa Variável
IMGA GV Portuguese Corporate Debt
IMGA GV Portuguese Equities
IMGA European Equities
IMGA Global Equities Selection
IMGA Poupança PPR/OICVM
IMGA Investimento PPR/OICVM
IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

Eventos Subsequentes

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

CA Rendimento - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:
Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Data de Constituição:
20 de junho de 1994

Sociedade Gestora:
IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:
Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

Valor da Carteira:
(31 de dezembro de 2025)

164 718 304 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Rendibilidade	2,3%	1,5%	-3,0%	2,8%	-0,4%	-0,4%	-4,9%	4,6%	4,5%	2,7%
Risco (nível)	2	2	2	2	3	2	2	2	2	1

Notas Informativas

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo procura proporcionar aos participantes um nível de rendibilidade e estabilidade que acompanhe as taxas de juro dos mercados monetários, através do investimento em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam das taxas de juro do curto prazo.

O fundo tem uma política de investimento que obriga a um investimento mínimo de 80% do seu valor em obrigações, sendo pelo menos 50% do seu valor líquido global em obrigações de taxa variável e um máximo de 30% do valor líquido global do fundo em obrigações de taxa fixa.

O fundo investe, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros OIC. O fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos.

O fundo investe em ativos denominados em euros, mas poderá investir em ativos denominados em moedas de países integrantes da União Económica e Monetária e/ou em mercados externos à Zona Euro.

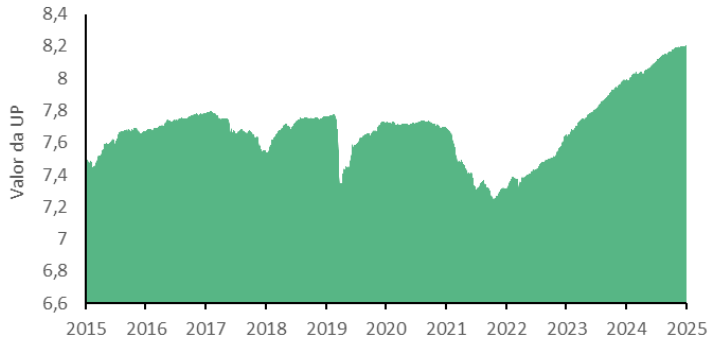
A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à qualidade dos emitentes e ao contexto macroeconómico em que se inserem, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de emitentes, e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.

EVOLUÇÃO DO FUNDO

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025
Nº. UP´s em circulação	23 671 857,0727	17 968 801,8925	15 318 074,8435	16 450 929,5179	20 065 495,9513
Valor Unitário UP (Euro)	7,6931	7,3127	7,6509	7,9929	8,2091

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

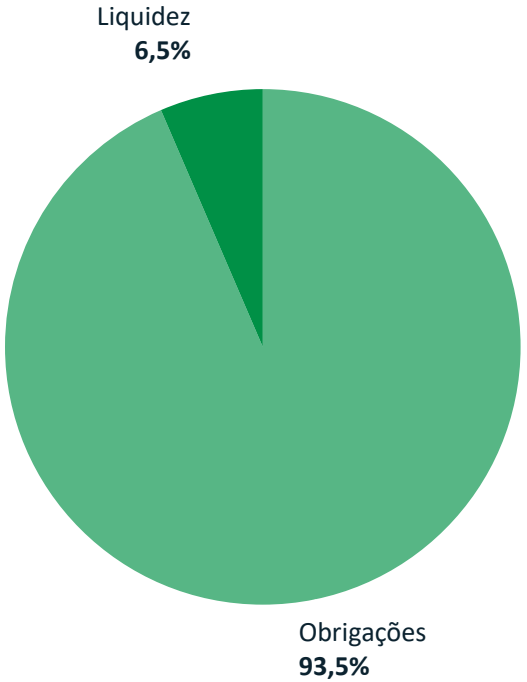
(valores em euro)

	31.12.2025
Valores mobiliários	161 463 418
Saldos bancários	2 402 521
Outros ativos	1 246 302
Total dos ativos	165 112 242
Passivos	393 937
Valor Líquido de Inventário	164 718 304

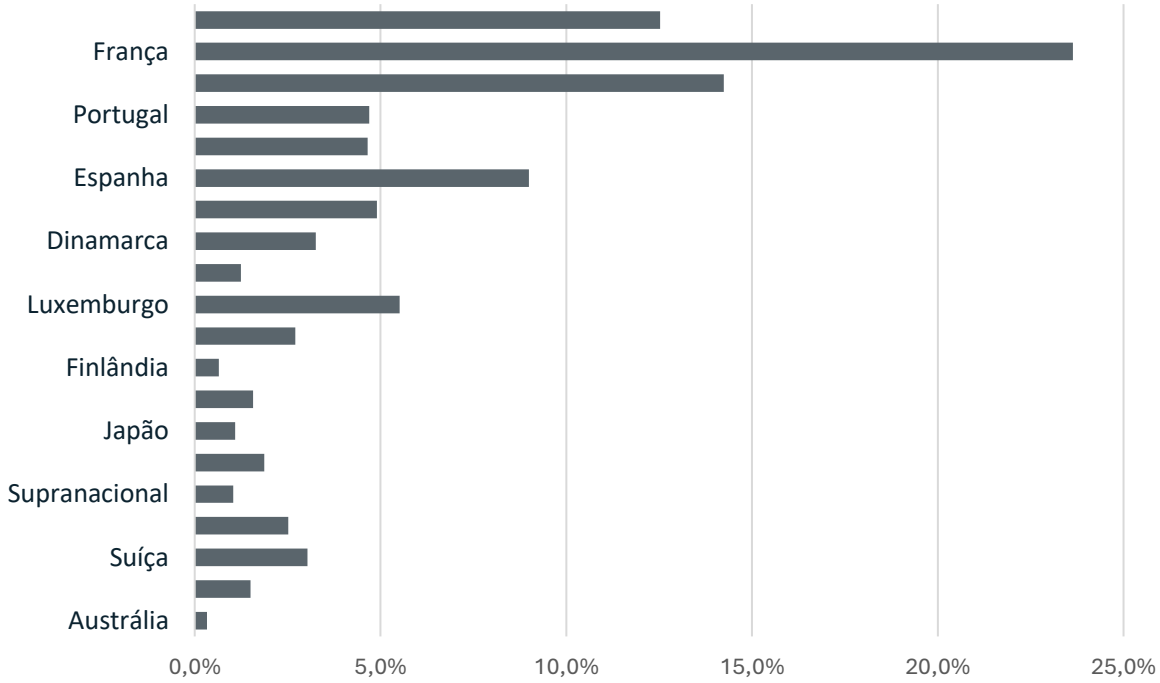
Notas Informativas

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



País

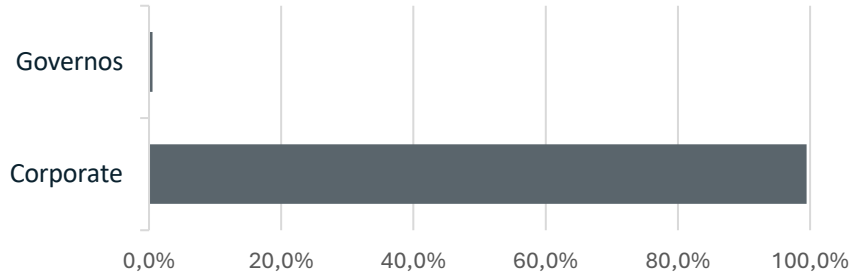


Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

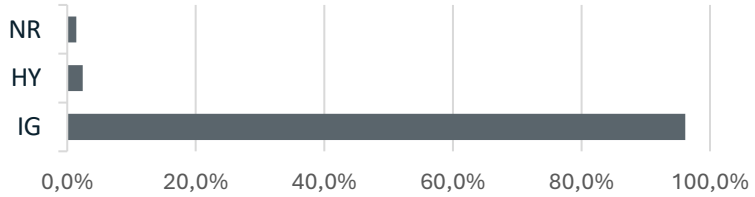
Notas Informativas

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Tipo de Emitente

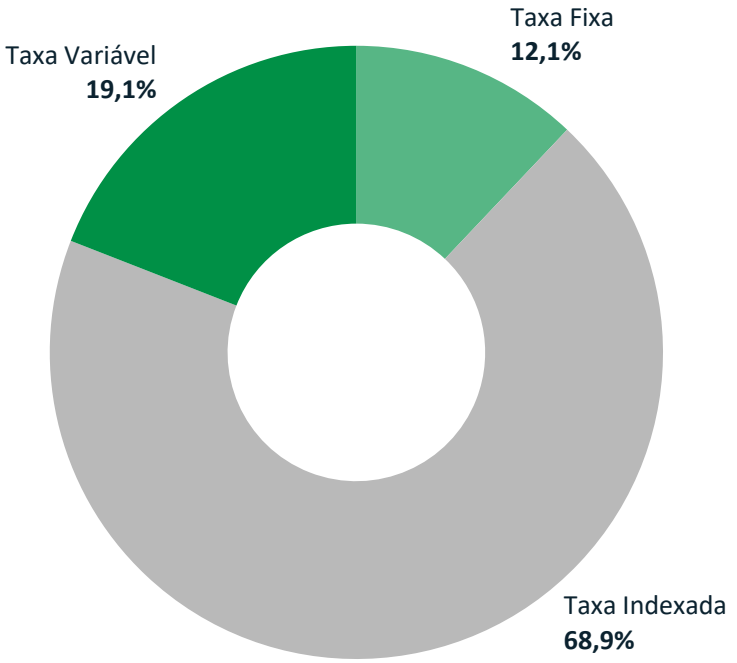


Risco de Crédito



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Tipo Cupão



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Notas Informativas

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Portuguesas	8 461 761	80 983	-	8 542 744	127 792	8 670 536	5%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	129 787 650	536 244	83 005	130 240 889	990 822	131 231 711	81%
O.M.Regulamentados Estados UEs	2 099 388	3 000	1 254	2 101 134	10 612	2 111 746	1%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	12 354 547	39 085	14 035	12 379 597	45 828	12 425 425	8%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	7 860 159	338 895	-	8 199 054	-	8 199 054	5%
TOTAL	160 563 505	998 207	98 294	161 463 418	1 175 054	162 638 472	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

RENDIMENTO	
Rendimento do investimento	4 481 624
Outros investimentos	28 872
Mais-valias de investimento	1 241 742
Custos	
Custos de gestão	(896 512)
Custos de depósito	(149 419)
Outros encargos, taxas e impostos	(147 501)
Menos-valias de investimentos	(611 822)
Lucro líquido	3 946 985
Lucros distribuídos	

Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	52 236 290
Resgates	(22 954 156)

Notas Informativas

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

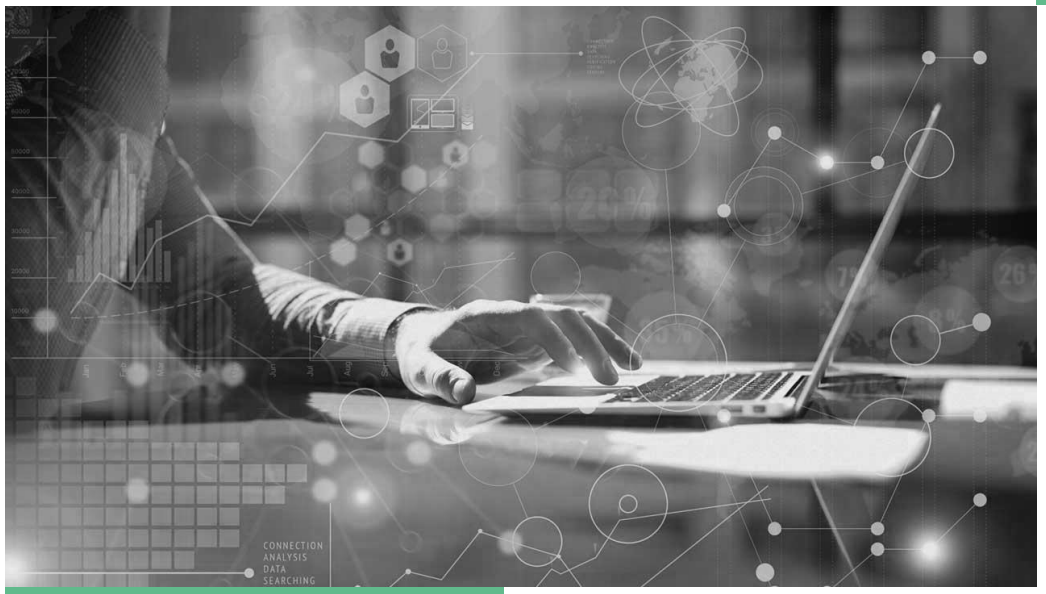
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	117 196 219	7,6509
31.12.2024	131 489 185	7,9929
31.12.2025	164 718 304	8,2091

Notas Informativas

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	31.12.2025
Operações Cambiais	-	-	-	-	-
Operações Sobre Taxas de Juro	(2 357 200)	15 304 540	(16 063 310)	(16 230)	(3 132 200)
Operações Sobre Índices	-	-	-	-	-



Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em EUR) Data: **31.12.2025**

ATIVO

Código	Designação	31.12.2025 Bruto	Mv	mv/P	Líquido	31.12.2024 Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	Total de Outros Ativos das SIM					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	152 703 346	659 312	(98 294)	153 264 365	123 092 431
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	7 860 159	338 895		8 199 054	6 919 078
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	Total da Carteira de Títulos	160 563 505	998 207	(98 294)	161 463 418	130 011 510
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	Total de Outros Ativos					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	71 248			71 248	105 838
	Total dos Valores a Receber	71 248			71 248	105 838
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	2 402 521			2 402 521	724 943
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	Total das Disponibilidades	2 402 521			2 402 521	724 943
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	1 175 054			1 175 054	988 318
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos					0
59	Contas transitórias ativas					
	Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos	1 175 054			1 175 054	988 318
	TOTAL DO ATIVO	164 212 328	998 207	(98 294)	165 112 242	131 830 609
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				20 065 496	16 450 930

PASSIVO

Código	Designação	Períodos 31.12.2025	31.12.2024
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	100 086 694	82 057 236
62	Variações Patrimoniais	30 747 733	19 495 057
64	Resultados Transitados	29 936 892	24 497 516
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	3 946 985	5 439 376
	Total do Capital do OIC	164 718 304	131 489 185
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	Total das Provisões Acumuladas		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	257 268	197 389
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	101 837	124 029
424+...+429	Outras contas de Credores	20 339	16 316
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	Total dos Valores a Pagar	379 444	337 734
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	14 493	3 690
56	Receitas com Proveito Diferido		
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos	14 493	3 690
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	165 112 242	131 830 609
	Valor Unitário da Unidade Participação	8.2091	7.9929

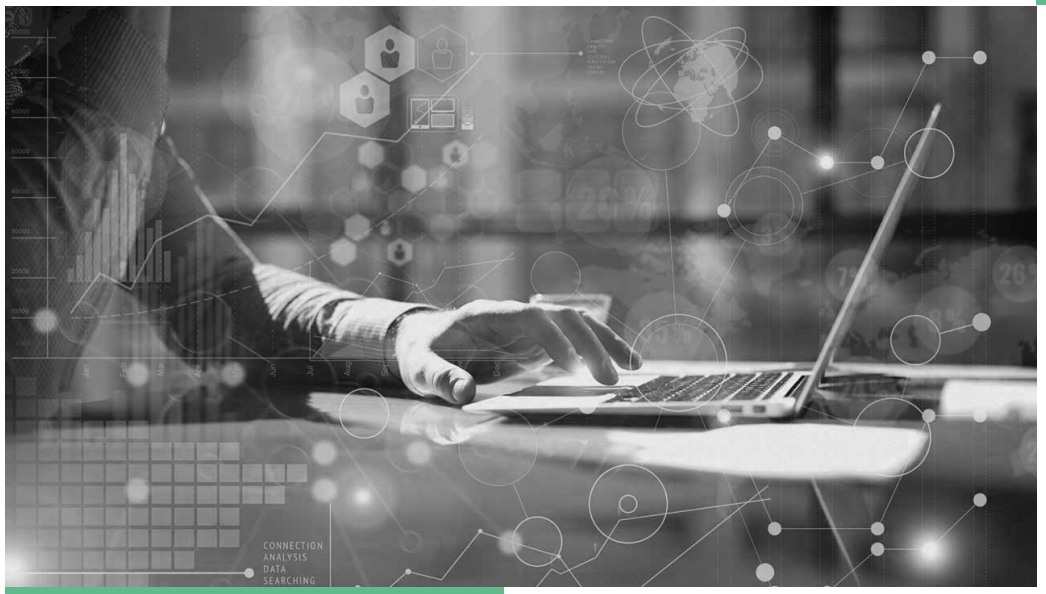
(Valores em EUR) Data: 31.12.2025

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31.12.2025	31.12.2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	Total		
	TOTAL DOS DIREITOS		
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*	3 132 200	2 357 200

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos 31.12.2025	31.12.2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	Total		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	3 132 200	2 357 200
	Total	3 132 200	2 357 200
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	Total		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	Total		
	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	3 132 200	2 357 200
99	*CONTAS DE CONTRAPARTIDA*		



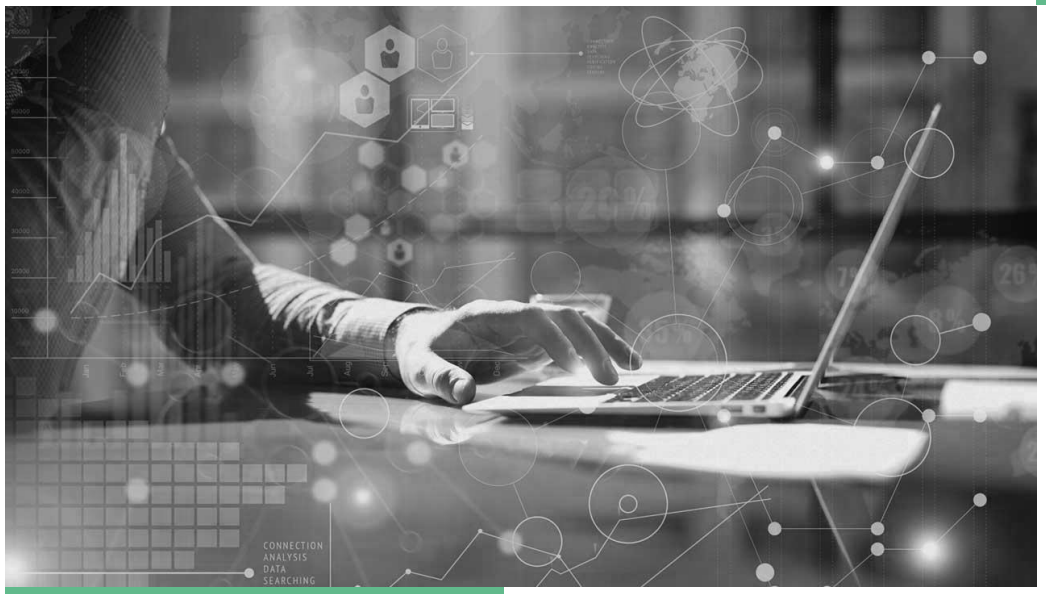
Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em EUR) Data: **31.12.2025**

Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS				*PROVEITOS E GANHOS*			
		Períodos				Períodos	
Código	**Designação**	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**Código**	**Designação**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
	Custos e Perdas Correntes				**Proveitos e Ganhos Correntes**		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	141	0	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 480 239	4 810 060
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	1 385	16 561
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3 094	3 414		Rendimento de Títulos		
724+…+728	Outras Operações Correntes	1 068 741	891 223	822+…+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	210 982	246 820	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	856 382	1 715 201
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	400 840	651 020	839	Em Operações Extrapatrimoniais	385 360	762 655
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	113 942	97 551	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1	1
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				*Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)*	5 723 367	7 304 479
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	7 513	7 381				
	Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	1 805 253	1 897 409				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)				*Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)*		
	Custos e Perdas Eventuais				**Proveitos e Ganhos Eventuais**		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		31 727
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	27 860	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1 012	579
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)				*Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)*	28 871	32 306
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	**Resultado Líquido do Período (se>0)**	3 946 985	5 439 376	66	**Resultado Líquido do Período (se<0)**		
	TOTAL	5 752 238	7 336 785		*TOTAL*	5 752 238	7 336 785
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 122 546	6 275 028	F - E	Resultados Eventuais	28 871	32 306
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(15 480)	111 634	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	3 946 985	5 439 376
B-A	Resultados Correntes	3 918 114	5 407 070	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	3 946 985	5 439 376

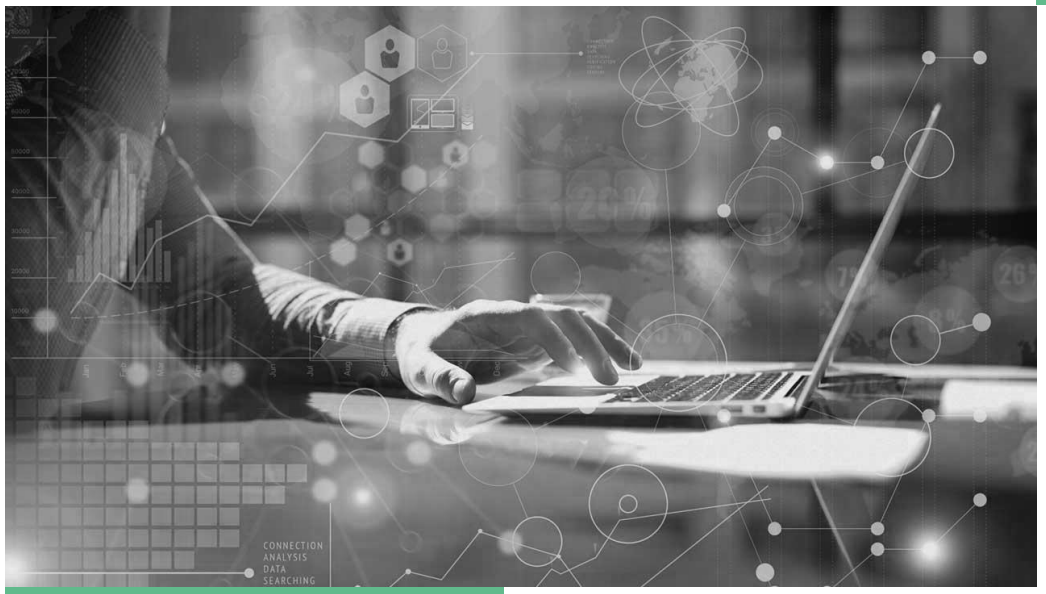


Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-25		31-dez-24	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		52 236 290		30 689 418
Subscrição de unidades de participação	52 236 290		30 689 418	
PAGAMENTOS:		22 894 277		21 768 587
Resgates de unidades de participação	22 894 277		21 768 587	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		29 342 013		8 920 832
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS				
RECEBIMENTOS:		129 223 410		179 133 733
Venda de títulos e outros ativos	116 656 536		159 845 603	
Reembolso de títulos e outros ativos	8 278 465		14 408 456	
Resgates de unidades de participação noutros OIC	300 011		610 136	
Juros e proveitos similares recebidos	3 988 398		4 269 538	
PAGAMENTOS:		155 728 780		195 232 631
Compra de títulos e outros ativos	154 324 455		187 886 155	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	1 400 128		7 341 750	
Comissões de corretagem	494		629	
Outras taxas e comissões	19		167	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	3 683		3 930	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(26 505 370)		(16 098 898)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		1 296 970		2 291 115
Operações de taxa de juro	385 360		752 100	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	182 643		277 787	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	728 967		1 261 228	
PAGAMENTOS:		1 285 311		2 099 483
Operações de taxa de juro	400 840		650 750	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	207 633		309 599	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	676 838		1 139 133	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		11 659		191 632
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		1 385		106 006
Juros de depósitos bancários	1 385		106 006	
PAGAMENTOS:		1 200 981		938 116
Juros devedores de depósitos bancários	141		0	
Comissão de gestão	954 919		729 856	
Comissão de depósito	152 499		128 297	
Taxa de supervisão	22 023		19 042	
Impostos e taxas	71 400		60 920	
Fluxo das operações de gestão corrente		(1 199 596)		(832 110)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		28 871		31 727
Ganhos extraordinários	28 871		31 727	
Fluxo das operações eventuais		28 871		31 727
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		**1 677 577**		**(7 786 817)**
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		**724 943**		**8 511 761**
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		**2 402 521**		**724 943**



Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Rendimento – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 07 de junho de 1994, tendo iniciado a sua atividade em 20 de junho de 1994.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
Valor base	82 057 236	32 173 673	(14 144 216)			100 086 694
Diferença p/Valor Base	19 495 057	20 062 617	(8 809 941)			30 747 733
Resultados distribuídos	-					-
Resultados acumulados	24 497 516			5 439 376		29 936 892
Resultados do período	5 439 376			(5 439 376)	3 946 985	3 946 985
SOMA	131 489 185	52 236 290	(22 954 156)	-	3 946 985	164 718 304
Nº de Unidades participação	16 450 930	6 449 079	(2 834 512)			20 065 496
Valor Unidade participação	7.9929	8.0999	8.0981			8.2091

Em 31 de dezembro de 2025 existiam 876 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31-12-25	8.2091	164 718 304	20 065 496
	30-09-25	8.1720	156 883 496	19 197 829
	30-06-25	8.1062	147 631 562	18 212 283
	31-03-25	8.0401	144 035 860	17 914 743
Ano 2024	31-12-24	7.9929	131 489 185	16 450 930
	30-09-24	7.9209	128 372 164	16 206 964
	30-06-24	7.8111	123 789 800	15 848 112
	31-03-24	7.7453	121 761 030	15 720 640
Ano 2023	31-12-23	7.6509	117 196 219	15 318 075
	30-09-23	7.5050	118 045 738	15 729 105
	30-06-23	7.4359	120 234 205	16 169 469
	31-03-23	7.3755	121 975 051	16 537 974

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	3
UPs < 0.5%	6 239
TOTAL	6 242

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Futuros	15 304 540	-	16 063 310	-	31 367 850	-
Obrigações	153 833 902	-	115 848 445	-	269 682 347	-
Unidades de Participação	1 400 128	-	300 011	-	1 700 139	-

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	52 236 290	-
Resgates	22 954 156	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	3 103 971	25 231	-	3 129 202	56 182	3 185 384
Floene Energias SA 4.875 03/07/28	2 555 715	45 835	-	2 601 550	60 437	2 661 987
Intesa Sanpaolo SPA Float 16/04/27	1 002 045	1 415	-	1 003 460	5 533	1 008 993
Unicredit SPA Float 20/11/28	1 800 030	8 502	-	1 808 532	5 640	1 814 172
	8 461 761	80 983	-	8 542 744	127 792	8 670 536
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 2.7% 31/01/30	201 258	-	(86)	201 172	4 941	206 113
Bonos Y Oblig Del Estado 3.5% 31/05/29	619 704	1 098	-	620 802	12 312	633 114
	820 962	1 098	(86)	821 974	17 254	839 228
-Obrigações diversas						
ABN AMRO Bank NV Float 28/02/29	1 600 560	336	-	1 600 896	3 768	1 604 664
Abanca Corp Bancaria SA Var 14/02/31	1 298 750	3 018	-	1 301 768	37 041	1 338 809
Amadeus IT Group SA 3.5% 21/03/29	692 230	19 957	-	712 187	19 130	731 317
ArcelorMittal SA 3.125% 13/12/28	805 592	-	(1 744)	803 848	1 233	805 081
Arkema Var 21/01/169	1 198 200	-	(72)	1 198 128	16 964	1 215 092
BNP Paribas Float 20/03/29	5 006 036	10 364	-	5 016 400	3 481	5 019 881
Banco BPM SPA Var 09/09/30	1 909 614	34 143	-	1 943 757	22 793	1 966 550
Banco CTT Var 17/11/28	1 197 888	4 368	-	1 202 256	5 425	1 207 681
Banco Comercial Português Var 24/06/31	2 092 251	1 302	-	2 093 553	34 161	2 127 714
Banco de Credito Social Var 13/06/31	1 299 883	-	(702)	1 299 181	25 056	1 324 237
Bank Of Nova Scotia Float 06/03/29	2 500 000	10 625	-	2 510 625	4 512	2 515 137
Bank of America Corp Float 30/10/29	5 001 800	950	-	5 002 750	23 026	5 025 776
Banque Fed Cred Mutuel Float 19/09/28	3 300 264	2 871	-	3 303 135	2 826	3 305 961
Belfius Bank SA/NV 3.75% 22/01/29	513 805	-	(3 735)	510 070	17 620	527 690
CA AutoBank SPA IE Float 27/01/28	3 004 865	11 635	-	3 016 500	15 519	3 032 019
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	1 000 000	2 600	-	1 002 600	2 518	1 005 118
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/30	2 507 396	29 479	-	2 536 875	83 425	2 620 300
CaixaBank SA Float 26/06/29	3 300 170	12 106	-	3 312 276	489	3 312 765
Carlsberg Breweries A/S Float 28/02/27	1 000 000	1 490	-	1 001 490	2 263	1 003 753
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	1 405 352	19 708	-	1 425 060	41 770	1 466 830
Citigroup Inc Float 29/04/29	4 721 334	35 819	-	4 757 152	26 188	4 783 340
Commerzbank AG Float 03/03/28	1 600 680	1 048	-	1 601 728	3 186	1 604 914
Commerzbank AG Var 26/11/30	599 286	-	(1 890)	597 396	1 901	599 297
Continental AG 2.875% 09/06/29	696 458	-	(553)	695 905	6 230	702 135
Cooperative Rabobank UA Float 16/07/28	3 499 374	6 191	-	3 505 565	18 893	3 524 458
Credit Agricole SA Var 23/12/172	997 040	1 750	-	998 790	877	999 667
DNB Bank ASA Float 08/08/29	1 802 592	-	(252)	1 802 340	6 370	1 808 710
DSV Finance BV Float 06/11/26	2 504 050	1 900	-	2 505 950	9 602	2 515 552
Danske Bank A/S Float 10/04/29	3 601 835	8 893	-	3 610 728	21 476	3 632 204
Deutsche Bank AG Var 13/08/28	299 844	-	(639)	299 205	3 021	302 226
EDP SA Var 23/04/83	318 240	-	(2 349)	315 891	12 309	328 200
El Corte Ingles 4.25% 26/06/31	1 256 185	-	(2 917)	1 253 268	26 268	1 279 536
Elect de France Var 15/03/169	391 780	6 508	-	398 288	9 168	407 456
Enagas Financiaciones SA 3.625% 24/01/34	299 703	-	(1 185)	298 518	10 160	308 678
Erste Group Bank AG Var 15/04/74	1 397 430	1 254	-	1 398 684	12 552	1 411 236
Fedex Corp 3.50% 30/07/32	1 299 855	-	(5 276)	1 294 579	19 197	1 313 776
Fidelidade Companhia SE Var 04/09/31	510 625	-	(7 015)	503 610	6 870	510 480
Goldman Sachs Group Inc Float 18/12/29	4 500 079	3 926	-	4 504 005	4 412	4 508 417
HSBC Holdings PLC Var 3.313 13/05/30	1 700 000	11 764	-	1 711 764	35 799	1 747 563
ING Groep NV Var 03/09/30	203 992	-	(1 196)	202 796	2 282	205 078
Iberdrola Intl BV Var 28/04/73	590 640	8 040	-	598 680	7 609	606 289
Intesa Sanpaolo SPA Var 11/07/72	526 250	-	(5 100)	521 150	18 366	539 516
JP Morgan Chase & CO Float 06/06/28	3 004 621	6 029	-	3 010 650	5 108	3 015 758
KBC Group NV Var 05/03/74	665 700	-	(4 854)	660 846	15 386	676 232
Leasys SPA Float 29/01/27	2 302 537	2 178	-	2 304 715	11 206	2 315 921
Lloyds Banking Group PLC Float 04/03/28	3 402 460	7 434	-	3 409 894	6 816	3 416 710
Mediobanca DI Cred Var 07/02/29	1 045 048	-	(8 138)	1 036 910	41 435	1 078 345
Mediobanca DI Cred Var 15/01/31	1 392 958	-	(4 242)	1 388 716	48 559	1 437 275
Mercedes-Benz Intl Fince Float 11/06/27	800 640	152	-	800 792	1 088	801 880
Mitsubishi HC CAP UK Float 30/04/26	2 400 376	1 952	-	2 402 328	11 466	2 413 794
Morgan Stanley Float 04/05/29	4 000 440	-	(280)	4 000 160	15 540	4 015 700
National Bank of Canada Float 10/03/29	3 004 753	14 387	-	3 019 140	5 108	3 024 248
Nationwide BLDG Society Float 27/01/29	3 004 001	9 349	-	3 013 350	15 519	3 028 869
Naturgy Finance BV 3.25% 02/10/30	803 435	-	(1 299)	802 136	6 411	808 547
Natwest Markets PLC Float 11/06/28	3 100 000	13 299	-	3 113 299	4 629	3 117 928
Nordea Bank ABP Float 21/02/29	4 002 040	9 040	-	4 011 080	12 071	4 023 151
Nykredit Realkredit AS 3.875% 09/07/29	413 536	-	(3 136)	410 400	7 432	417 832
Nykredit Realkredit AS Var15/04/173	596 940	3 528	-	600 468	5 221	605 689
OMV AG Var 01/09/169	191 284	8 140	-	199 424	4 065	203 489
Pandora A/S 3.875% 31/05/30	1 287 637	40 716	-	1 328 353	29 535	1 357 888

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Obrigações diversas						
Piraeus Bank SA 3% 03/12/28	398 720	1 452	-	400 172	921	401 093
Royal Bank of Canada Float 13/06/29	2 682 373	8 294	-	2 690 666	3 430	2 694 097
SNAM SPA Float 15/04/26	401 388	-	(1 148)	400 240	2 076	402 316
Santander UK Plc Float 24/03/28	2 200 000	10 978	-	2 210 978	1 122	2 212 100
Servicios Medio Ambiente 3.715% 08/10/31	1 759 702	-	(17 245)	1 742 458	14 962	1 757 419
Societe Generale Var 01/03/32	1 400 322	-	(7 952)	1 392 370	4 027	1 396 397
Terna Rete Elettrica 3.5% 17/01/31	496 925	11 495	-	508 420	16 685	525 105
US Bancorp Float 21/05/28	2 000 000	4 660	-	2 004 660	6 369	2 011 029
Veolia Environnement SA Var 20/04/72	910 000	89 140	-	999 140	15 719	1 014 859
Volkswagen Fin Serv Float 10/06/27	1 501 415	3 490	-	1 504 905	2 493	1 507 398
Volkswagen Leasing GMBH 3.875% 11/10/28	999 670	24 330	-	1 024 000	8 599	1 032 599
Wells Fargo & Company Float 22/07/28	3 700 142	10 329	-	3 710 471	19 533	3 730 004
MAGEL 4 A 20/07/59	1 145 697	2 731	-	1 148 428	5 281	1 153 709
	128 966 688	535 146	(82 919)	129 418 915	973 568	130 392 484
O.M.Regulamentados Estados UEs						
-Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA 2.875% 26/08/28	599 388	-	(1 254)	598 134	6 002	604 136
Traton Finance Lux SA Float 21/08/26	1 500 000	3 000	-	1 503 000	4 610	1 507 610
	2 099 388	3 000	(1 254)	2 101 134	10 612	2 111 746
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE						
-Obrigações diversas						
Barclays Plc Float 14/05/29	3 717 110	17 596	-	3 734 706	15 207	3 749 913
Toyota Motor Finance BV Float 09/02/27	2 008 700	-	(340)	2 008 360	7 588	2 015 948
UBS Group AG Float 12/05/29	5 125 992	21 489	-	5 147 481	20 721	5 168 202
Zimmer Biomet Holdings 3.518% 15/12/32	1 502 745	-	(13 695)	1 489 050	2 313	1 491 363
	12 354 547	39 085	(14 035)	12 379 597	45 828	12 425 425
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados em Portugal						
CA MONETARIO	400 000	9 995	-	409 995	-	409 995
IMGA Money Market - CAT I	7 460 159	328 900	-	7 789 058	-	7 789 058
	7 860 159	338 895	-	8 199 054	-	8 199 054
TOTAL	**160 563 505**	**998 207**	**(98 294)**	**161 463 419**	**1 175 054**	**162 638 472**

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	724 943	182 786 926	181 109 349	2 402 521
TOTAL	724 943	182 786 926	181 109 349	2 402 521

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica "Juros e proveitos equiparados".

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.

c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.

f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.

g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.

h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:

   a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;

   b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.

i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.

j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela retificação nº12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos RENDIMENTO "à saída", ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os RENDIMENTO (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os RENDIMENTO, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	445 549	230 974	676 523	3 305 185	1 175 054	-	4 480 239
Unidades de participação	177 507	2 352	179 859	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	1 385	-		1 385
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	0	0	-	-		
Taxa de Juro							
Futuros	-	385 360	385 360	-	-		-
TOTAL	623 056	618 686	1 241 742	3 306 570	1 175 054	-	4 481 624

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	118 977	92 005	210 982	-		-
Depósitos	-	-	-	141	-	141
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	0.03	0.03	-	-	-
Taxa de Juro						
Futuros	-	400 840	400 840	-		-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	896 512	-	896 512
de Depósito	-	-	-	149 419	-	149 419
de Supervisão	-	-	-	21 708	-	21 708
de Carteira de títulos	-	-	-	3 094	-	3 094
Outras	-	-	-	1 103	-	1 103
TOTAL	118 977	492 845	611 822	1 071 977	-	1 071 977

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	31-12-2024
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	113 942	97 551
TOTAL	113 942	97 551

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	4 155 898	-	-	-	-	4 155 898
de 1 a 3 anos	14 964 607	-	-	-	-	14 964 607
de 3 a 5 anos	19 427 692	-	-	(580 800)	-	18 846 892
de 5 a 7 anos	9 230 427	-	-	-	-	9 230 427
mais de 7 anos	308 678	-	-	(2 551 400)	-	(2 242 722)

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

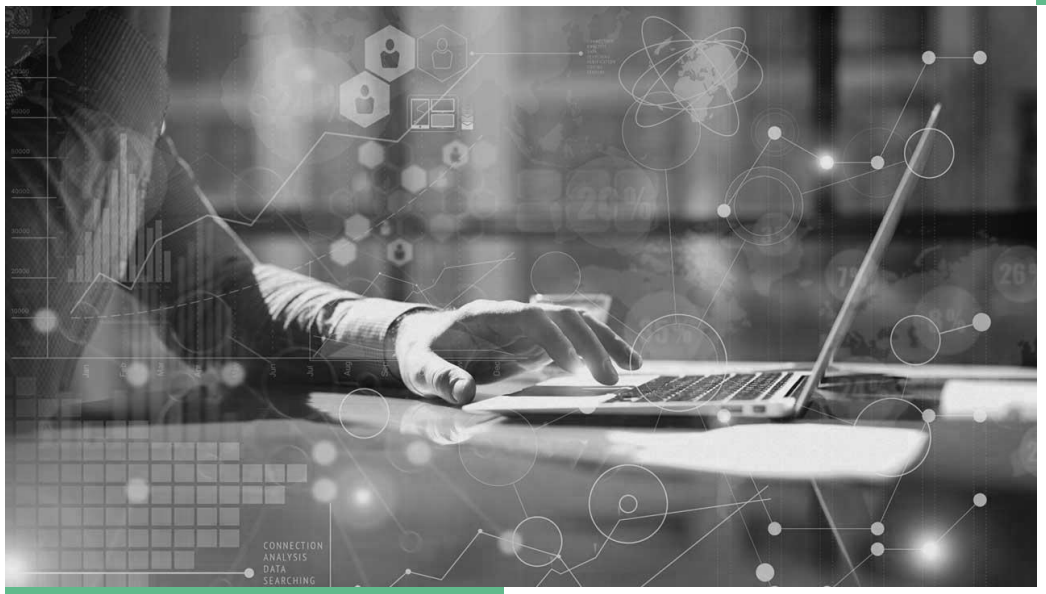
15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	929 041	0.62%
Comissão de Depósito	155 395	0.10%
Taxa de Supervisão	21 708	0.01%
Custos de Auditoria	7 512	0.01%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	75 382	0.05%
Outros Custos Correntes	3 691	0.00%
TOTAL	1 192 729	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.80%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **CA Monetário**
Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **213800V6HJE8OG7SXR25**
Código do fundo (CMVM): **1131**

Por "Investimento Sustentável" deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.** O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.

Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

☐ **Sim**	☒ **Não**
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental: ___%**	☒ **Promoveu características ambientais/sociais (A/S)** e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis
☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE	☒ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE
	☒ com um objetivo social
☐ Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social: ___%**	☐ Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter vindo a melhorar nos últimos anos, esta informação ainda é limitada para diversos indicadores, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como social.

À data de preparação deste relatório, das 66 entidades em carteira, 4 não dispunham de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 10% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2025.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2025 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de dados de cerca de 90% da carteira de ativos do fundo,

sendo que 51% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 30% apresentavam risco médio e 7% apresentavam risco alto e 2% risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos aos riscos associados à sustentabilidade ambiental representaram cerca de 24% do risco do fundo, com maior impacto ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição pela exposição a produtores de Oil & Gas.

.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 33% desta notação, com impactos mais significativos, embora reduzidos, principalmente ao nível da privacidade e segurança de dados, e ética empresarial ao nível do setor bancário e saúde e segurança no trabalho em diferentes setores.

Também a contribuir para o risco ESG da carteira estiveram os riscos relacionados com a componente de *governance*, nomeadamente com questões particulares de alguns emitentes em carteira relacionadas com a governança do produto.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact. Existiam, no entanto, em carteira 3 entidades, correspondentes a 2,2% dos ativos do fundo, que se encontram em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Os **indicadores de sustentabilidade** medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2025.

Entidades Privadas	Notação de Rating ESG: Risco Baixo		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
	Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Analisados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
	Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	37,8%	11,5%	16,0%	34,7%	10,3%	16,5%	20,9%	7,3%	9,9%
		Uso de Água	21,6%	2,7%		19,1%	3,6%		14,1%	1,8%	
		Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	8,4%	0,8%		7,8%	1,1%		3,7%	0,3%	
		Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	20,1%	1,1%		19,6%	1,5%		15,6%	0,5%	
	Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	12,2%	0,7%	36,9%	9,6%	0,8%	42,5%	4,4%	0,2%	21,9%
		Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	89,7%	7,2%		76,8%	7,3%		60,8%	3,6%	
		Saúde e Segurança no Trabalho	38,6%	4,1%		35,1%	5,5%		24,0%	2,8%	
		Ética Empresarial	92,8%	10,1%		79,9%	10,3%		63,9%	5,3%	
		Corrupção	-	-		-	-		-	-	
		Relação com a comunidade	23,2%	2,1%		22,7%	2,9%		18,7%	1,5%	
		Privacidade e Segurança de Dados	76,8%	12,2%		67,5%	14,8%		57,4%	8,4%	
		Acesso a Serviços Básicos	3,3%	0,6%		3,3%	0,8%		0,5%	0,1%	
	Corporate Governance	Corporate Governance	94,8%	23,3%	23,3%	81,9%	27,2%	27,2%	63,9%	14,2%	14,2%
	Outros	Outros	51,2%	23,7%	23,7%	42,4%	9,3%	9,3%	38,3%	5,3%	5,3%
	TOTAL		100,00%	100,0%	100,0%	-	95,5%	95,5%	-	51,4%	51,4%
	% Ativos do Fundo			85,9%			72,3%			33,0%	

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Governos	Notação de Rating ESG: Risco Baixo						
	Rating ESG	Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Social	Governação	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%	0,0%	0,0%
	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,8%	2,6%	2,6%
		Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	1,8%		
		Risco Baixo	Risco Médio	Risco Negligenciável	0,0%		
		Risco Médio	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%		
		Risco Médio	Risco Médio	Risco Negligenciável	0,0%		
		Risco Médio	Risco Médio	Risco Baixo	0,0%		
	Risco Médio	Risco Médio	Risco Alto	Risco Baixo	1,6%	0,0%	0,0%
	% Ativos do Fundo				4,3%	2,6%	2,6%

A notação de rating ESG de "**Risco Baixo**" reflete o risco ESG da carteira de ativos emitidos por entidades privadas, que correspondem a 86% da carteira de ativos do fundo. Esta notação resultou em 95,5% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 72,3% da carteira de ativos. Destes cerca de 33% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 52,4% da notação de "**Risco Baixo**" atribuída.

Existia ainda uma exposição de cerca de 4% da carteira de ativos a entidades governamentais com risco baixo e médio, 2,6% da quais consideradas sustentáveis.

A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis e liquidez para a gestão corrente do fundo.

… e em relação a períodos anteriores?

Verificou-se uma melhoria da notação de rating ESG do Fundos, que passou de "Risco Médio" para "Risco Baixo". A exposição a entidades com notação de risco baixo aumentou, por contrapartida de entidades com risco considerado alto e severo.

Rating ESG	2024	2025
Risco Negligenciável	13,9%	13,5%
Risco Baixo	25,1%	37,9%
Risco Médio	37,6%	29,5%
Risco Alto	13,5%	7,1%
Risco Severo	0,0%	2,1%
Total	**90,1%**	**90,1%**

Durante o ano 2025 foram adotados, pela Sociedade Gestora, indicadores adicionais para verificação do princípio de "Não Prejudicar Significativamente" nenhum dos objetivos ambientais ou sociais dos investimentos sustentáveis. Esta introdução de indicadores adicionais originou que,

apesar da melhoria nas notações de risco ESG, a exposição a entidades consideradas sustentáveis diminuiu de 41,6% para 35,6%.

Quanto à exposição a entidades alinhadas com características A/S, verificou-se uma diminuição da de 84,1% para 74,9 em 2025%.

Relativamente aos indicadores analisados para entidades privadas destaque para uma melhoria nos indicadores relacionados com "Ética Empresarial" e "Privacidade e Segurança de Dados" e deterioração dos relacionados com "Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição".

Entidades Privadas	Notação de Rating ESG:		*Risco Médio*	Risco Baixo
	Rating ESG			
	Indicadores de Sustentabilidade		Variação	Contribuição 2024	Contribuição 2025
	Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição		3,8%	11,5%
		Uso de Água		1,3%	2,7%
		Eficiência na Utilização das Matérias-Primas		0,0%	0,8%
		Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas		0,7%	1,1%
	Sustentabilidade Social	Direitos Humanos		0,1%	0,7%
		Gestão do Capital Humano e Relações Laborais		8,6%	7,2%
		Saúde e Segurança no Trabalho		1,6%	4,1%
		Ética Empresarial		16,6%	10,1%
		Corrupção		0,0%	0,0%
		Relação com a comunidade		2,5%	2,1%
		Privacidade e Segurança de Dados		16,5%	12,2%
		Acesso a Serviços Básicos		0,1%	0,6%
	Corporate Governance	*Corporate Governance*		25,9%	23,3%
	Outros	Outros		22,3%	23,7%
	TOTAL		-	100,0%	100,0%
	% Ativos do Fundo		-	*87,2%*	*85,9%*
	Promoção Características A/S		-	81,7%	72,3%
	Sustentáveis		-	39,2%	33,0%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Relativamente ao investimento em ativos emitidos por entidades governamentais, houve um ligeiro aumento da exposição, tendo-se mantido os valores em entidades consideradas alinhadas com características A/S, e que promovem alguma característica A/S, e sustentáveis.

Governos		2024			2025		
	Rating ESG	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Risco Baixo	1,4%	1,4%	1,4%	2,6%	2,6%	2,6%
	Risco Médio	0,5%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%
	Total	2,90%	2,43%	2,43%	4,27%	2,63%	2,63%

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

% Ativos	2024	2025
Alinhados com características A/S	84,1%	74,9%
Sustentáveis	41,6%	35,6%

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rendibilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade. Para isso foram analisados os indicadores de sustentabilidade e as notações externas de rating ESG das entidades emitentes, simultaneamente com os tradicionais fatores financeiros, procurando, sempre que possível, reforçar o compromisso de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Apenas são considerados como sustentáveis emitentes com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emitentes alvo do investimento. Assim, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencia setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos.
Relativamente aos emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.

ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armar controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.
Para os emitentes governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freddom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de cariz social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em:
declaracao_principais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emitentes identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.
Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos

Os **principais impactos negativos** devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Diretos Humanos.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio "Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável" previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.

De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, o Fundo tem em consideração os diversos indicadores ambientais e sociais, integrados na metodologia de rating. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

A IMGA, em cumprimento da regulamentação em vigor, nomeadamente em cumprimento da divulgação dos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade prevista pelo Regulamento Delegado (EU) 2022/1288, divulga os indicadores considerados para a carteira consolidada de ativos. Não obstante, reconhecendo a importância que estes indicadores poderão ter para uma análise informada dos investimentos do fundo, inclui neste

ponto o desempenho da carteira de ativos no final do ano corrente e do ano anterior, medida pela soma da quota parte do fundo, proporcional ao investimento em cada entidade, para os indicadores considerados relevantes cuja cobertura de dados seja suficiente para permitir esta análise:

Quadro 1

Descrição dos principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
INDICADORES SOBRE O CLIMA E OUTROS INDICADORES RELACIONADOS COM O AMBIENTE				
Emissões de gases com efeito de estufa				
1. Emissões de gases com efeito de estufa	13 102	81%	78 673	94%
Emissões de GEE de categoria 1	3 420	84%	6 985	94%
Emissões de GEE de categoria 2	121	84%	549	94%
Emissões de GEE de categoria 3	9 682	81%	71 139	94%
2. Pegada de carbono (ton CO2eq/mEUR investimento no fundo)	207	0%	652	83%
3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento (ton CO2eq/mEUR investimento)	1 649	79%	6 724	90%
4. Quota parte das atividades no setor dos combustíveis fósseis	9,2%	85%	0,1%	95%
5.1 Quota-parte do consumo de energias não renováveis	3827,3%	69%	45,5%	84%
5.2 Quota-parte da produção de energias não renováveis	482,9%	39%	8,5%	44%
Biodiversidade				
7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (% AUMs)	0,00%	85%	2,50%	95%
Resíduos				
9. Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos (ton/mEUR investimento)	29	84%	141	89%
INDICADORES RELACIONADOS COM AS QUESTÕES SOCIAIS E LABORAIS, O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O SUBORNO				
Questões sociais e laborais				
10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	0,0%	85%	0,0%	95%
11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	24,1%	85%	21,7%	95%
13. Diversidade de género nos conselhos de administração (% mulheres)	19,3%	63%	29,8%	79%
14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas - % AUMs)	0,0%	85%	0,0%	95%

Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
AMBIENTAIS				
15. Intensidade de emissão de GEE (ton CO2eq/mEUR PIB)	3	100%	7	75%
SOCIAIS				
16. Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social	0,0%	100%	0,0%	75%

Quadro 2

Indicadores adicionais sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Emissões				
4. Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono (% AUMs)	43,8%	85%	24,7%	95%
Água, resíduos e emissões materiais				
7. Investimentos em empresas sem políticas de gestão dos recursos hídricos (% AUMs)	70,3%	85%	76,0%	95%
9. Investimentos em empresas produtoras de químicos (% AUMs)	0,2%	85%	0,0%	95%
10. Atividades com potencial impacto na degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos (%	3,0%	85%	19,8%	95%
12. Investimentos em empresas sem práticas sustentáveis de exploração dos mares ou dos oceanos (% AUMs)	78,0%	85%	79,5%	95%
13. Resíduos não reciclados (ton/m EUR investimento)	2,7	46%	4,4	56%
14. Atividade com potencial impacto em espécies naturais e áreas protegidas (% AUMs)	0,0%	85%	3,5%	95%
15. Entidades sem politicas de gestão da desflorestação (% AUMs)	75,5%	85%	73,5%	95%
Títulos verdes				
sustentáveis do ponto de vista ambiental	44,2%	100%	83,5%	160%

Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Títulos verdes				
17. Quota-parte das obrigações que não são emitidas ao abrigo da legislação da UE relativa às obrigações	1,9%	100%	4,3%	100%

Quadro 3

Indicadores adicionais relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Questões sociais e laborais				
1. Investimentos em empresas sem políticas de prevenção de acidentes no trabalho (% AUMs)	25,3%	85%	13,8%	95%
4. Ausência de código de conduta de fornecedor (% AUMs)	0,6%	85%	0,0%	95%
5.Ausência de mecanismos de tratamento de queixas/reclamações relacionadas com questões laborais (%	77,0%	85%	87,6%	95%
6. Proteção insuficiente dos autores de denúncias (% AUMs)	0,0%	85%	6,7%	95%
7. Numero de incidentes de discriminação	0	85%	0	95%
7. Numero de incidentes de discriminação que resultaram na aplicação de sanções	0	85%	0	95%
Direitos humanos				
9. Ausência de política de direitos humanos (% AUMs)	11,6%	85%	6,7%	95%
10. Ausência de diligência devida (% AUMs)	20,0%	85%	12,2%	95%
11. Ausência de processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos (% AUMs)	11,6%	85%	6,7%	95%
12. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho infantil (% AUMs)	0,5%	85%	0,0%	95%
13. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado o (% AUMs)u	0,3%	85%	4,6%	95%
14. Número de casos identificados de problemas e incidentes graves de desrespeito dos direitos humanos	0	85%	0	95%
Luta contra a corrupção e o suborno				
15. Ausência de políticas de luta contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,0%	85%	0,0%	95%
16. Casos de medidas insuficientes de combate a violações das normas contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,6%	85%	0,0%	95%
17. Número de condenações por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	85%	0	95%
17. Multas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	85%	0	95%

Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Sociais				
18. Pontuação média das desigualdades de rendimento	0,3	100%	0,3	75%
19. Pontuação média em termos de liberdade de expressão	3,5	100%	3,5	75%
Direitos humanos				
20. Desempenho médio em matéria de direitos humanos	3,6	100%	3,7	75%
Governance				
21. Pontuação média em termos de corrupção	3,6	100%	3,5	75%
22. Jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais	0,0%	100%	0,0%	75%
23. Pontuação média em termos de estabilidade política	4,0	100%	4,0	75%
24. Pontuação média em termos de aplicação do Estado de direito	3,3	100%	3,3	75%

Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem **os maiores investimentos** efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.

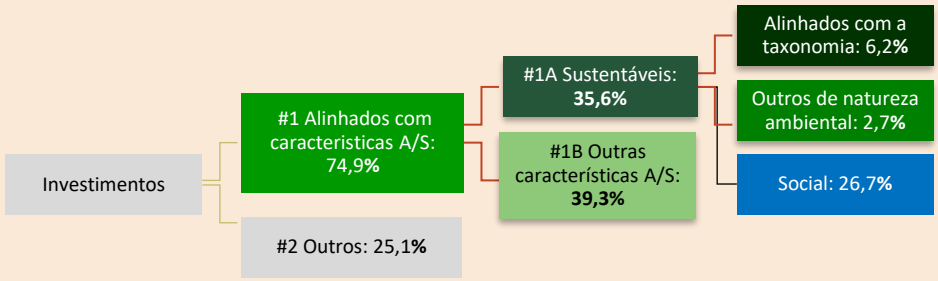
Investimentos mais avultados	Setor	País	% de ativos
DP/INDOSUEZ/EUR	Depósitos a Prazo	Luxemburgo	10,70%
DP/BANKOFCHINA/EUR	Depósitos a Prazo	Luxemburgo	7,29%
DP/BKT/EUR	Depósitos a Prazo	Portugal	6,52%
DP/BTG PACTUAL/EUR	Depósitos a Prazo	Luxemburgo	4,70%
DP/MG/EUR	Depósitos a Prazo	Portugal	3,87%
DP/NB/EUR	Depósitos a Prazo	Portugal	2,73%
A2A Spa 2.5% 15/06/26	Utilities	Itália	1,59%
Thales SA 0% 26/03/26	Aerospace & Defense	França	1,56%
Galp Energia SGPS SA 2% 15/01/26	Oil & Gas Producers	Portugal	1,53%
Terna Rete Elettrica 1% 10/04/26	Utilities	Itália	1,37%
Nykredit Realkredit AS 0.25% 13/01/26	Banks	Dinamarca	1,36%
Leonardo SPA 2.375% 08/01/26	Aerospace & Defense	Itália	1,36%
Safran SA 0.125% 16/03/26	Aerospace & Defense	França	1,29%
RWE AG 2.125% 24/05/26	Utilities	Alemanha	1,25%
EUR - Credito Agricola	Liquidez	Portugal	1,23%
CA AutoBank SPA IE Float 26/01/26	Diversified Financials	Itália	1,22%
ENI SPA 1.25 18/05/26	Oil & Gas Producers	Itália	1,21%
CaixaBank SA 1.375% 19/06/26	Banks	Espanha	1,19%
OP Corporate Bank PLC 2.875% 15/12/25	Banks	Finlândia	1,03%

EDP SA 2.875% 01/06/26	Utilities	Portugal	1,02%
Erste Group Bank AG 0.875% 22/05/26	Banks	Áustria	1,01%
Enel Finance Intl NV 0.25% 17/11/25	Utilities	Países Baixos	0,96%
Anglo American Capital 1.625% 11/03/26	Diversified Metals	Reino Unido	0,95%
ASML Holding NV 1.375% 07/07/26	Semiconductors	Países Baixos	0,90%
Banco Santander SA 3.75% 16/01/26	Banks	Espanha	0,83%
DH Europe Finance 0.2% 18/03/26	Pharmaceuticals	Luxemburgo	0,83%
2I Rete Gas SPA 2.195% 11/09/25	Utilities	Itália	0,82%

Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.
#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:
- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Depósitos a Prazo	Depósitos a Prazo	36,4%
Banks	Diversified Banks	8,1%
	Regional Banks	6,2%
	Thrifts and Mortgages	1,4%
Utilities	Electric Utilities	4,8%
	Multi-Utilities	4,0%
	Independent Power Production and Traders	3,0%
	Gas Utilities	1,6%
Sovereign	Sovereign	7,5%
Diversified Financials	Consumer Finance	2,0%
	Investment Banking and Brokerage	1,7%
	Asset Management and Custody Services	0,7%
	Financial Exchanges and Data Services	0,5%
Aerospace & Defense	Aerospace and Defence	4,7%
Oil & Gas Producers	Integrated Oil & Gas	3,5%
Food Products	Packaged Foods	1,6%
	Beer, Wine and Spirits	0,6%
	Soft Drinks	0,5%

Healthcare	Medical Devices	1,6%
	Medical Services	0,2%
Commercial Services	Facilities Maintenance	1,7%
Pharmaceuticals	Laboratory Equipment and Services	1,5%
Transportation Infrastructure	Highways and Railroads	1,4%
Liquidez	Liquidez	1,3%
Machinery	Heavy Machinery and Trucks	1,0%
Diversified Metals	Diversified Metals Mining	0,9%
Semiconductors	Semiconductor Equipment	0,9%
Automobiles	Automobiles	0,6%
Telecommunication Services	Telecommunication Services	0,4%
Chemicals	Commodity Chemicals	0,3%
Transportation	Shipping	0,1%
Steel	Steel	0,1%

Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE[1]?

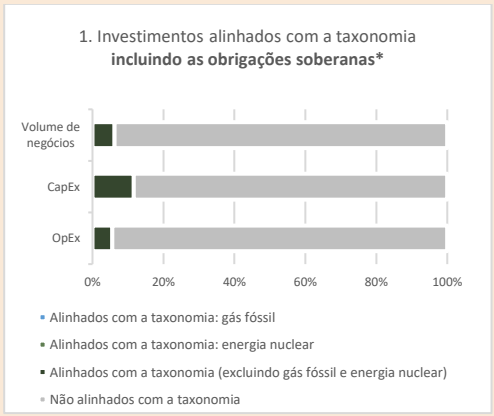
☐ Sim:

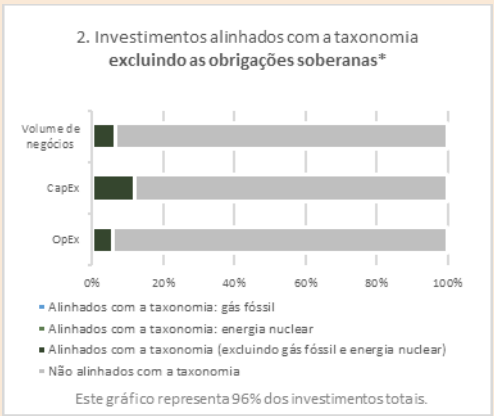
☐ Gás fóssil ☐ Energia nuclear

☒ Não

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:
- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital** (CapEx), demostrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais** (OpEx), refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.





**** Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.***

[1] As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da EU se contribuírem para limitar as alterações climáticas ("mitigação das alterações climáticas") e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia EU – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da EU são definidos no Regulamento Delegado (EU) 2022/1214 da Comissão.

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Apenas 10% dos investimentos em carteira reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes apenas 6,2% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, sendo que 1,9% respeitava a operações próprias, 2,6% a atividades capacitantes, 0,1% a atividades de transição e os restantes 1,6% não divulgam dados suficientes relativos à origem deste alinhamento.

São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Verificou-se um acréscimo de na percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia em 2025, tendo o valor passado de 2,2% para 6,2. A percentagem de entidades a reportar dados ao abrigo desta regulamentação manteve-se nos 10%.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (35,6%), 2,7% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.

Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 35,6% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 26,7% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.

Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria "Outros" incluem depósitos e títulos de dívida de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e a gestão de liquidez.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade.

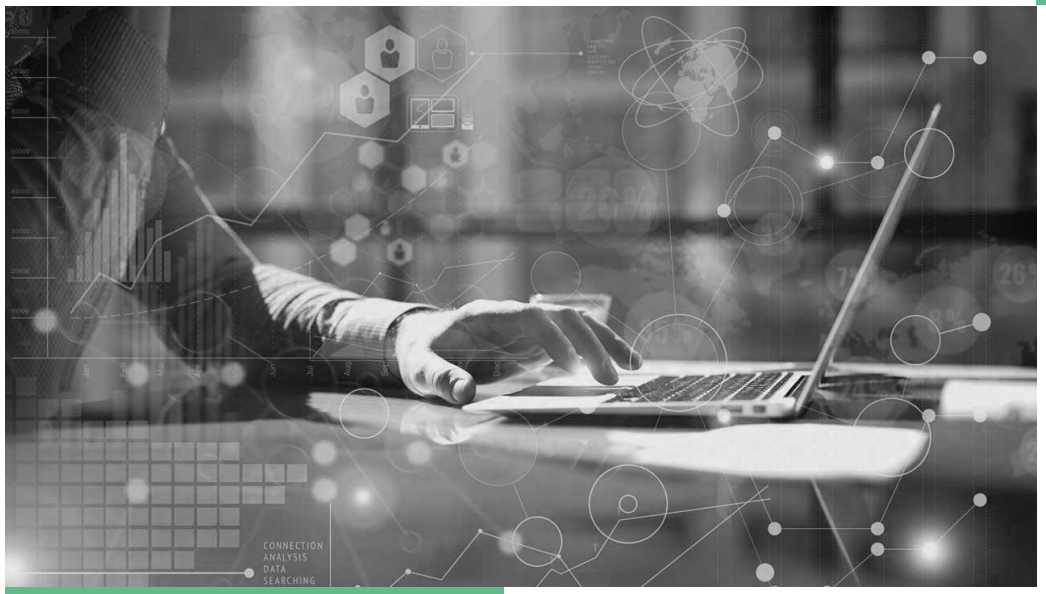
É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Neste sentido, não foram detetadas situações de non-compliance com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact. Existiam, no entanto, em carteira ainda outras 3 entidades, correspondentes a 2% dos ativos do fundo, que se encontram em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.

Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.



Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 165 112 242 euros e um total de capital do OIC de 164 718 304 euros, incluindo um resultado líquido de 3 946 985 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)